

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

04.2025



MPMT

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

04

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

06

NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

09

NOTÍCIAS DO MPF

11

NOTÍCIAS DIVERSAS

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Caroline de Assis e Silva Holmes Lins – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT

Correição temática é aberta no MPMT com formalização de compromissos

Com a assinatura de dois protocolos de intenções entre a Corregedoria Nacional do Ministério Público e o Ministério Público de Mato Grosso, referentes ao estabelecimento de ações e estratégias para o fortalecimento da atuação institucional na promoção do enfrentamento à violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres e na defesa e promoção da educação infantil, foi aberta oficialmente a correição ordinária temática em Cuiabá. A solenidade foi realizada no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ).



O corregedor nacional do Ministério Público visita as obras de duas creches na cidade de Várzea Grande

O corregedor nacional do Ministério Público, conselheiro Ângelo Fabiano Farias da Costa, visitou as obras de duas creches na cidade de Várzea Grande (MT). Ele foi acompanhado da equipe da Corregedoria Nacional, do procurador-geral de Justiça de Mato Grosso, Rodrigo Fonseca Costa, e do promotor de Justiça Douglas Lingardi Strachicini. A comitiva do MP foi recebida pelo vice-prefeito Tião da Zaeli.



Fórum Intersectorial discute Novo Plano Nacional de Educação em reunião

O Novo Plano Nacional de Educação (PNE), que institui metas para a educação brasileira até 2034, foi um dos temas debatidos na primeira reunião do ano do Fórum Intersectorial de Acompanhamento dos Planos de Educação (Fiape), realizada no dia 20 de março, na Sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá. A reunião foi conduzida pelo promotor de Justiça Miguel Shessarenko Junior, titular da 8ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa da Cidadania e coordenador do Núcleo Estadual de Autocomposição.





Município é acionado para fornecer atendimento especializado eficiente

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da 3ª Promotoria de Justiça Cível de Sorriso, ingressou com Ação Civil Pública (ACP) contra o Município de Sorriso (a 397 km de Cuiabá), solicitando melhorias na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com deficiência, em relação às escolas municipais Valter Leite Pereira, Ivete Lourdes Arenhardt e ao Cemeis Aquarela do

Saber. O MPMT requereu, em caráter liminar, a adoção de providências no prazo de 60 dias, relativas à estrutura, mobiliário e acesso à sala de recursos multifuncionais das citadas unidades de ensino.

Sapezal cumpre TAC para atendimento a crianças e adolescentes

Após firmar Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Poder Executivo de Sapezal (a 500km de Cuiabá) encaminhou projeto de lei para a Câmara Municipal, visando instituir programa de capacitação e treinamento direcionado aos pais ou responsáveis legais de crianças e adolescentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), para atuação como apoio terapêutico no ambiente escolar. Essa medida, anseio de décadas da comunidade, dá início ao cumprimento do acordo e encerra o procedimento de investigação instaurado para apurar a ausência de profissionais especializados para o atendimento de crianças e adolescentes com TEA no município.



Audiência pública debate o direito à educação inclusiva

A 3ª Promotoria de Justiça Cível de Sorriso (a 397km de Cuiabá), executando o projeto estratégico institucional “Abraçando as diferenças”, realiza no dia 25 de março, a partir das 14h, audiência pública para debater a defesa do direito à educação inclusiva nas escolas da região.

NOTÍCIAS DOS MP_s ESTADUAIS

MPMG distribui material de apoio a promotorias para incentivar adesão à Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher

Como parte das ações da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) enviou orientações e material de auxílio a promotores de Justiça de todo o estado visando garantir que as redes públicas de ensino incluam o tema em seus currículos e o façam de forma correta. A iniciativa partiu dos centros de apoio operacional às Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Cao-VD), de Defesa da Criança e do Adolescente (Cao-DCA), de Defesa da Educação (Caoeduc) e do Centro Estadual de Apoio às Vítimas (Casa Lillian).



Justiça atende MPPB e garante a aluna frequentar escola com roupa de sua religião

O Juízo da Vara Única de Juazeirinho deferiu a tutela de urgência requerida pelo Ministério Público da Paraíba (MPPB), e determinou ao Município de Juazeirinho que uma escola da rede municipal de ensino autorize, imediatamente, uma aluna do ensino fundamental a frequentar as aulas utilizando saia, em respeito à sua liberdade religiosa, sendo proibida qualquer forma de sanção disciplinar ou impedimento de acesso, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil a ser revertida ao Fundo Especial de Proteção de Bens, Valores e Interesses Difusos da Paraíba (FDD-PB).



MPPI expede recomendação aos diretores de escolas públicas e privadas de São Raimundo Nonato sobre o direito à educação de alunos com deficiência

A 4ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato expediu, recomendação aos diretores de escolas da rede municipal e privada sobre o direito à educação. O documento é assinado pelo promotor de Justiça Diego de Oliveira Melo. O promotor, inicialmente, recomenda que os gestores das escolas não limitem o número de vagas para alunos com deficiência nas turmas e nem condicionem a realização de matrícula desses à apresentação de laudo médico.

MPAL recomenda medidas para garantir auxiliares de sala para crianças com deficiência

O Ministério Público do Estado de Alagoas, por meio das 13ª e da 44ª Promotoria de Justiça da Capital, com apoio do Núcleo de Defesa da Educação, emitiu uma recomendação para garantir o direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência. O documento foi encaminhado ao governador de Alagoas, Paulo Dantas, ao prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (JHC) e aos respectivos secretários de Educação, orientando sobre medidas para assegurar a inclusão de estudantes da educação especial na rede regular de ensino.



MPRS - Estado tem 30 dias para contratar monitores para acompanhar alunos com necessidades especiais

A pedido do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), a Justiça determinou liminarmente que o Estado do Rio Grande do Sul designe, no prazo de 30 dias, profissionais de apoio escolar, monitores ou acompanhantes especializados em quantidade suficiente para atender os alunos autistas matriculados na Escola Estadual de Ensino Fundamental Manoel Luiz, localizada no município de Palmares do Sul, durante a frequência em sala de aula, diante das suas necessidades especiais.

MPRS | Educação
LIMINAR EM AÇÃO
CIVIL PÚBLICA

MPGO assina pacto interinstitucional pela educação em Goiás durante evento voltado para a educação municipal no TCE

O Ministério Público de Goiás (MPGO) foi uma das instituições que firmaram o Pacto Interinstitucional pela Educação em Goiás. O documento foi assinado durante a abertura do 1º Fórum Gaepe-GO: Compromisso com a Educação Municipal, realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE- GO). O evento é promovido pelo Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de Goiás (Gaepe-GO) em parceria com o TCE-GO e o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO).



MPAM investiga falta de livros didáticos em escolas estaduais de Nova Olinda do Norte



A ausência de livros didáticos nas escolas estaduais de Nova Olinda do Norte é alvo de investigação do Ministério Público do Amazonas (MPAM), por meio da promotoria de Justiça local. A Notícia de Fato tem origem em uma denúncia anônima enviada à Ouvidoria-Geral do órgão, relatando dificuldades no acesso dos alunos.

MP pede que Secretaria de Educação explique escola que funciona em prédio alugado por R\$ 108 mil sem energia elétrica, no DF

O Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) cobrou explicações da Secretaria de Educação do DF (SEEDF), por causa de uma escola no Recanto das Emas que funciona em um prédio alugado por R\$ 108 mil, mas sem energia elétrica. O colégio usa um gerador que custa R\$ 3 mil por dia. O Centro Educacional (CED) 203 do Recanto das Emas foi criado sem ter uma sede. A SEEDF alugou o prédio de uma antiga faculdade, mas sem o direito de acessar todas as dependências do prédio, apenas a algumas áreas.



NOTÍCIAS DO MPF

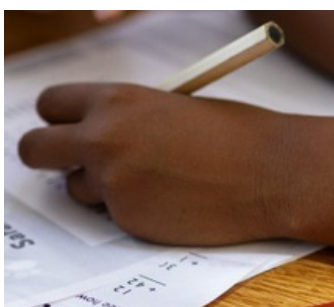


MEPduc conclui mais uma etapa do projeto em Nossa Senhora do Livramento (MT) e verifica adoção de medidas para atender recomendações

O Ministério Público Federal (MPF) recebeu, no dia 21 de março, a segunda escuta pública do MPEduc no município de Nossa Senhora do Livramento (MT). Na primeira etapa, foi realizada uma ampla reunião com gestores municipais e 150 participantes da comunidade. Ao final, o MPF constatou que a administração municipal deu andamento a compromissos firmados pelos gestores públicos para a melhoria da educação.

MPF orienta membros do Ministério Público sobre a fiscalização de recursos do Fundeb repassados aos municípios

O Ministério Público Federal (MPF) enviou nota técnica aos membros do Ministério Público com sugestão de atuação relacionada aos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O documento, elaborado pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) Fundef/Fundeb - vinculado à Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos do MPF (ICCR)- tem como objetivo orientar os procuradores na fiscalização das chamadas condicionalidades Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) e Valor Aluno Ano Total (VAAT). [Íntegra da Nota Técnica](#).



MPF recomenda adequações nas contas do Fundeb de três municípios do Amazonas

O Ministério Público Federal (MPF) enviou recomendações a três municípios da região do Alto Solimões, no Amazonas, para que cada um estabeleça diretrizes na movimentação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Os documentos foram enviados para os municípios de Benjamin Constant, Santo Antônio de Içá e Tonantins, com o prazo de 30 dias para comprovarem ao MPF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o cumprimento das recomendações.



Interesse Público: MPF defende respeito à diversidade de crenças na educação

O Interesse Público vai até o estado de Rondônia, onde o trabalho do Ministério Público Federal (MPF) garantiu o direito de liberdade religiosa a estudantes do Instituto Federal do estado (IFRO). Após receber denúncias que apontavam a participação de estudantes em atividades religiosas com viés exclusivo para uma única crença, o MPF enviou recomendação à instituição de ensino ressaltando que ambiente educacional deve evitar qualquer forma de discriminação ou privilégio a determinadas crenças. [Clique aqui para assistir.](#)

MPF acompanha medidas para reduzir fila de espera de mais de 5 mil crianças por vagas em creches de Sergipe

O Ministério Público Federal (MPF) promoveu reunião para tratar sobre a falta de vagas em creches públicas em Sergipe e a falta de estrutura para receber alunos com necessidades especiais. O assunto é acompanhado pelo MPF em um procedimento que apura a insuficiência de estrutura para receber alunos com necessidades especiais nos estabelecimentos. [A ata da reunião está disponível aqui.](#)



MPF recomenda que Instituto Federal do Amazonas adote medidas de combate ao assédio e à discriminação

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação para que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam) aprove a criação de sua Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. O objetivo é a promoção do trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do instituto. A recomendação também pede que o Ifam adote as medidas administrativas necessárias para a adequação dos protocolos e procedimentos disciplinares realizados aos ditames legais da escuta especializada e do depoimento especial, conforme previsto na legislação, em especial na que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência (Lei nº 13.431/2017 e Decreto nº 9.603/2018).

NOTÍCIAS DIVERSAS

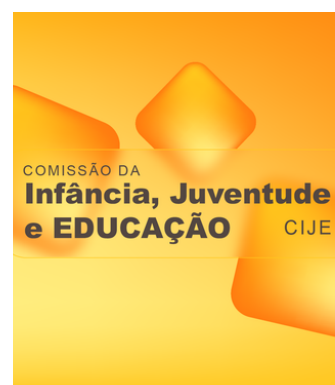


Corregedoria Nacional do MP e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação assinam protocolo para ampliar vagas em creches e pré-escolas

A Corregedoria Nacional do Ministério Público e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) assinaram em 6 de março, o Protocolo de Intenções nº 03/2025, para estabelecer ações e estratégias conjuntas para a promoção da educação infantil. A assinatura aconteceu na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília/DF. Os signatários do documento foram o corregedor nacional do Ministério Público, Ângelo Fabiano Farias da Costa, e a presidente do FNDE, Fernanda Pacobahyba.

CNMP institui grupo de trabalho para acompanhar o novo Plano Nacional de Educação

O Conselho Nacional do Ministério Público instituiu, na sexta-feira, 28 de fevereiro, grupo de trabalho para atualizar a [Recomendação CNMP nº 44/2016](#), que dispõe sobre a atuação do Ministério Público no controle do dever de gasto mínimo em educação, e acompanhar o novo Plano Nacional de Educação (PNE). O GT irá funcionar pelo período de um ano e será vinculado à Comissão da Infância, Juventude e Educação (Cije). A criação do grupo de trabalho foi solicitada pelo presidente da Cije, conselheiro Fernando Comin, ao presidente do CNMP, Paulo Conet, que assinou a [Portaria nº 70/2025](#), publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União.



Guia orienta adoção de dispositivos tecnológicos nas escolas

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), lançou, na quarta-feira, 19 de março, o [Guia para o Planejamento da Adoção de Dispositivos Tecnológicos nas Escolas](#). O material integra o conjunto de ações da Estratégia Nacional Escolas Conectadas (Enec), que visam garantir a

educação e a cidadania digital nas escolas, promovendo o uso intencional e estratégico da tecnologia para potencializar o ensino e a aprendizagem. A transmissão do encontro está disponível no [canal do MEC no YouTube](#).

MEC discute promoção da equidade na educação do MT

Educação e equidade: o papel das políticas educacionais na redução das desigualdades. Esse foi o tema do 17º Fórum da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Mato Grosso (Undime/MT), que está sendo realizado nos dias 27 e 28 de março e conta com a participação do Ministério da Educação (MEC). O evento ocorre no Complexo Canaã, no município de Nobres (MT).



FNDE repassa R\$ 3,4 bilhões do Fundeb para a educação básica

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), liberou a terceira parcela do ano relativa ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com a injeção de R\$ 3,4 bilhões provenientes da contribuição federal. Estados, Distrito Federal e municípios já receberam os recursos destinados a investimentos na educação básica pública. O repasse é referente às modalidades de complementação Valor Anual por Aluno (VAAF), Valor Anual Total por Aluno (VAAT) e Valor Aluno Ano Resultado (VAAR).

Prorrogado para 30 de maio prazo para regularização de obras da educação

O prazo para que estados e municípios respondam às diligências técnicas adicionais do Pacto Nacional pela Retomada de Obras na Educação Básica e Profissionalizante foi prorrogado por mais 60 dias. A alteração foi realizada com a publicação, no Diário Oficial da União, da [Portaria nº 310, de 31 de março de 2025](#), com novo prazo previsto para 30 de maio de 2025.



TJ-PR condena pais por homeschooling e por não vacinar filhos

A 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná condenou os pais de três crianças de Curitiba a pagar uma multa porque não cumpriram a obrigação de matricular seus filhos em uma escola regular, como exige a lei, e porque as crianças não foram imunizadas contra a Covid-19. Apesar de terem feito a matrícula na escola, após decisão judicial na Vara da Infância e da Juventude e Adoção de Curitiba, as crianças não frequentaram as aulas. Processo 0007856-46.2022.8.16.0188



Judiciário e Educação unem esforços contra evasão escolar em Primavera do Leste

O Judiciário de Mato Grosso, por meio da atuação dos Agentes da Infância e Juventude, está fortalecendo parcerias para combater a evasão e o baixo rendimento escolar em Primavera do Leste. Na terça-feira (18 de março), o agente da infância, Cosme Pereira de Freitas, ministrou uma palestra durante reunião com diretores de escolas públicas e a secretária municipal de Educação, Luciani Cunha.





MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br